

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Parlamentares, venho a esta tribuna hoje para falar sobre as ingerências do governo do PT nas estatais e ex-estatais do país.

O Brasil é um país emergente que tem como principal desafio atrair recursos estrangeiros. É uma tarefa complexa na atual conjuntura mundial, pois os países em desenvolvimento competem entre si, em busca de mercados, mas também precisam convencer o investidor estrangeiro de que é um destino melhor e mais seguro que as sólidas economias desenvolvidas.

No momento, os juros dos Estados Unidos estão bastante altos para os padrões daquele país, o que torna a tarefa de trazer dinheiro do exterior ainda mais difícil, já que a tendência é a da chamada “fuga para a segurança” – as perspectivas, que eram de seis cortes nos juros americanos em 2024, agora são de apenas três cortes, com o início do ciclo de afrouxamento previsto apenas para o segundo semestre deste ano.

Esses obstáculos são difíceis, mas podem ser vencidos por uma nação com economia possante, com plena liberdade econômica e empresas com reais perspectivas de crescimento que atraiam investidores. Esta, infelizmente, não é a situação do Brasil. O nosso país vê uma fuga de investidores causada por uma crise interna, e essa crise tem nome: Sr. Lula da Silva e seu intervencionismo anacrônico, que tantos danos já causou à Petrobras e à Vale e pode destruir outras empresas.

Estamos vendo a Petrobras sangrar em público ao decidir não pagar dividendos extraordinários, negando uma política que era adotada nos últimos anos e colidindo com a vontade do próprio presidente da empresa, que tentou uma solução intermediária. A pressão para mudança na política partiu diretamente do Sr. Lula da Silva. Setores extremistas do PT articulam a queda do Presidente da empresa, Jean Paul Prates, que deverá ser substituído por Aloísio Mercadante, um personagem venenoso na nossa última derrocada econômica. A Vale, por seu turno, privatizada na década de 90, trocará seu CEO após Eduardo Bertolomeu ter sido desmoralizado pelo Presidente da República.

A Eletrobras, uma empresa gigante, tem resistido com mais força às intervenções petistas, mas pode sucumbir se o STF atender à demanda do governo. A legislação aprovada pelo Congresso Nacional prevê que ninguém terá mais de 10% dos votos, ainda que tenha participação acionária maior. Lula foi ao STF alegando que este trecho seria inconstitucional, e a questão ainda não foi definida. Se o governo vencer, isso não significaria apenas a possibilidade de maior ingerência petista na Eletrobras, mas traria uma enorme

insegurança jurídica em todo o ambiente de investimentos no Brasil, pois muitos investidores resolveram comprar ações da empresa confiando na lei, feita justamente para evitar as interferências políticas da administração da Eletrobras privatizada. Se a lei puder ser revertida neste caso, quem poderá garantir que o mesmo não ocorrerá em outros casos?

O governo petista esfacelou a Petrobras e o ambiente de negócios brasileiros durante seus 16 anos no poder. Corrupção e péssimas decisões gerenciais acarretaram uma enorme crise econômica ao país. E, agora, o Sr. Lula afirmou que as empresas não precisam atender aos interesses da população ou de seus acionistas, devem sim, é estar ao serviço do “pensamento de desenvolvimento do governo brasileiro”, ou seja: o seu governo.

O Brasil já viveu esse pesadelo antes, e o setor econômico foi quase pulverizado pela equação petista formada por corrupção e intervencionismo. Os investidores reagem a essa forma equivocada e antiquada de tratar a economia fugindo do país e levando seu dinheiro para outros países, promovendo lá o crescimento que poderia estar ocorrendo aqui. Ou retiramos o PT do poder ou estaremos condenando as próximas gerações ao atraso e subdesenvolvimento.

Era o que tinha a dizer. Solicito que esse pronunciamento seja divulgado na Voz do Brasil e nos demais meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.